

CAPITALISMO, "QUESTÃO SOCIAL" E QUESTÃO AMBIENTAL

Kerzia Patricia Serra Borges¹ Raí Vieira Soares²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre alguns aspectos da questão ambiental em meio ao contexto de crise do capitalismo contemporâneo, bem como, suas imbricações com a "questão social" - objeto de intervenção do Serviço Social. Se trata de um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Servico Social. orientado pelo método materialista histórico-dialético, com perspectiva crítica que busca apreender a totalidade e a realidade do objeto para além da aparência. O trabalho se baseou basicamente em pesquisa de caráter bibliográfico. As reflexões apontam que no cenário contemporâneo de agudização das expressões da questão social em tempos de crise, a mediação da questão ambiental é urgente na agenda profissional.

Palavras-chave: Capitalismo. Questão Ambiental. Questão Social.

ABSTRACT

This article aims to reflect on some aspects of the environmental issue in the context of the crisis of contemporary capitalism, as well as its intertwining with the "social issue" - object of intervention by Social Work. This is an excerpt from a Completion Work of a graduation course in Social Work, guided by the historical-dialectical materialist method, with a critical perspective that seeks to apprehend the totality and reality of the object beyond appearance. The work was basically based on bibliographical research. The reflections point out that in the contemporary scenario of exacerbation of the expressions of the social question in times of crisis, the mediation of the environmental question is urgent in the professional agenda.

Keywords: Capitalism. Environmental Issue. Social Issue.

² Professor do curso de Servico Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e doutorando em Política Social na Universidade de Brasília (UnB); Mestre; E-mail: raivieira@uft.edu.br

















¹ Assistente Social da Secretaria de Assistência Social, Renda e Cidadania do Município de Pedro do Rosário (MA); Graduada; E-mail: pkerzia@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A satisfação das necessidades humanas sempre esteve relacionada à interação entre homem e natureza. Tal interação consiste na transformação dos recursos naturais em produtos que saciam as necessidades físicas do homem. Contudo, após a revolução industrial, houve a transformação do modo de produção, um grande aumento da produtividade e consequentemente a ascensão do sistema capitalista, que gerou rupturas na relação entre sociedade/natureza que até então era "harmônica".

A lógica do modo de produção vigente está em sua fome por lucro, que se manifesta através da propriedade privada, da exploração da força de trabalho, na exacerbada produção de mercadorias e na apropriação dos meios de produção (trabalhador e recursos naturais). Assim, tanto o homem - que vende sua força de trabalho, quanto à natureza, são transformados em mercadorias.

Uma vez que, a oriegem dos problemas ambientais está na destrutividade do modo de produção capitalista, os aspactos da questão ambiental estão apara além de aspectos naturais e biológicos, ela possue determinações sociais, históricas, políticas, culturais e sobretudo econômicas. Ela é um reflexo da organização da sociedade capitalista e conforme Silva (2010), se evidencia a partir de múltiplas refrações tais como o desmatamento, o aquecimento global, a produção e destinação de lixos, a poluição do ar e das águas, mercantilização da natureza, entre outras. Portanto, entender as questões ambientais como resultado de um sistema de produção excludente, no qual a relação capital – trabalho produz e reproduz as desigualdes sociais, nos possibilita visualizar a vinculação entre questão ambiental e a "questão social" – objeto de intervenção do Serviço Social.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre alguns aspectos da questão ambiental e sua relação com a questão social em meio ao contexto de crise do capitalismo contemporâneo. Se trata de um recorte de um Trabalho de Conclusão de















Curso de graduação em Serviço Social e seus fundamentos advêm do materialismo histórico-dialético, que se trata de um método que, a partir de uma perspectiva crítica, busca apreender a totalidade e a realidade do objeto para além da aparência. O trabalho se baseou basicamente em pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2007, p. 65) "[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

2 A QUESTÃO AMBIENTAL E O CAPITAL

O modo de produção capitalista rompe com todas as formas práticas construídas de como as comunidades primitivas gerenciavam o bem natural. A natureza é inserida neste modo de produção, contudo, a sociedade burguesa ignora a relação metabólica ao passo que utiliza os meios naturais de maneira irracional. não respeitando os seus limites. Entende-se a questão ambiental como "o conjunto das manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano" (SILVA, 2010, p.143).

Nesse sentido, chamamos a necessidade de analisar a questão ambiental a partir de uma perspectiva histórico-crítica, ou seja, articulada à análise da sociabilidade capitalista. Ressaltamos, a questão ambiental definida como:

> [...] um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (SILVA, 2010, p. 67).

Ela se apresenta de diversas formas, tais como desmatamento, aquecimento global, degradação dos solos, envenenamento das águas e do ar; que mostram o capitalismo como principal vetor da degradação massiva ambiental. Tais manifestações são reflexos da relação destrutiva do metabolismo socioambiental entre homem e natureza. Em sua época, Marx já apontava a tendência de que o











sistema capitalista assumiria um caráter destrutivo, que implicaria na sobrevivência das futuras gerações e do próprio meio ambiente. Ao percebermos as contradições ligadas à relação entre homem e meio ambiente, é possível identificar inúmeras manifestações da desigualdade social, resultantes dessas contradições, que atenuam a destruição ambiental e afetam diretamente a sociedade.

De acordo com Silva (2010) a "questão ambiental" é continuamente determinada pelo capital, sendo considerada como desdobramento da "questão social" do ponto de visto que a destrutividade da natureza é vivenciada pelas populações de maneira desigual – tendo um peso maior sobre as camadas mais pobres da sociedade, uma vez que, o agravamento das problemáticas ambientais não se dá apenas pelo uso inadequado dos recursos naturais, mas também pela privatização do meio ambiente e distribuição desigual dos bens ambientais.

A compreensão da "questão social" no capitalismo é fundamental para analisar o significado social da profissão de Serviço Social. No que concerne à "questão social", lamamoto afirma que se refere ao:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, o trabalho - das condições necessárias à sua realização. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação das suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

A "questão social" envolve questões econômicas, políticas, sociais e ambientais e por este motivo, não pode ser desvinculada do processo histórico das relações sociais. Considerada como expressão da sociedade regida pelo capital, a "questão social" se manifesta de diferentes formas — "fome, pobreza, falta de condições de moradia e saneamento básico, desemprego, subemprego, falta de terra, ausência de direitos trabalhistas, etc." (SANTOS, 2016, p. 3-4). Utilizamos Sauer & Ribeiro (2012) para dizer que as questões ambientais estão predominantemente relacionadas aos processos sociais, e não encerram à fauna e











flora. Partimos do entendimento de que a questão ambiental também não pode ser desvinculada da questão social.

3 CRISE DO CAPITAL, QUESTÃO AMBIENTAL E "QUESTÃO SOCIAL"

Para possibilitar uma melhor compreensão acerca da questão ambiental e sua emergência, é importante contextualizá-la no cenário de crise contemporânea do capital, que comparada às crises anteriores, se apresenta como uma crise estrutural em escala maior e mais profunda, como iremos perceber. O capitalismo no decorrer do seu desenvolvimento, é marcado por sucessivas crises econômicas, que expressam o caráter contraditório da dinâmica e sociabilidade capitalista. Para Paulo Netto & Braz (2012), não existe e não existirá capitalismo sem crise, uma vez que a crise é constitutiva do capitalismo – e ao invés de criar condições para o fim desse modo de produção, criam novas condições para a sua reprodução e continuidade. Em suma, as "crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação" (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

Conforme acabamos de mencionar, as crises constituem os mecanismos da dinâmica do próprio capitalismo. Entretanto, a crise contemporânea, que caracteriza o final do século XX, apresenta particularidades que a diferem das suas antecessoras. Pois, ela "se manifesta envolvendo toda a *estrutura* da ordem do capital" (PAULO NETTO, 2012, p. 415). Ou seja, não se trata de uma mera crise que se apresenta quando a acumulação de capital é impossibilitada. A denominada "crise estrutural do capital" que vivenciamos desde a década de 1970, na análise de Mészáros (2011), possui caráter universal, alcance global, escala de tempo extensa e permanente e se desdobra de "modo rastejante" (p. 795).

Como expressão da "questão social" (que aumentou exponencialmente após os anos 1970), a questão ambiental é uma das expressões da crise do capital que













mais se destaca atualmente, não apenas em escala local, mas também em escala global. Isso em virtude dos impactos causados pelo modo de produção dominante e seu caráter exploratório – que ultrapassa os limites da natureza.

No tocante à associação da questão ambiental com a crise contemporânea, Santos (2015, p. 254) aponta que a "crise ambiental aparece [...] exatamente nos anos 1970 quando, "coincidentemente", tem início a atual onda longa recessiva". A autora, deixa claro que não existe coincidência, uma vez que, durante a existência dos anos de "prosperidade", o aumento da produtividade não ampliou somente a exploração da força de trabalho, aumentou também a exploração predatória da natureza.

[...] o crescente grau de intensidade da apropriação privada da natureza como parte das matérias- primas que ingressam no processo produtivo não permite que decorra o tempo necessário à sua reprodução/reposição. Em decorrência disso entra em cena a escassez e, em alguns casos, a iminente finitude dos recursos naturais, enquanto fatores que condicionam, profundamente, as atuais alternativas debatidas para superação da crise (*Ibid.* p. 254).

Existe, portanto, um descompasso na relação homem — natureza, posto que, a velocidade com que o sistema capitalista produz mercadorias é desproporcional ao tempo de recomposição da natureza. Nesse sentido, Mészáros (2011), em seu livro *A crise estrutural do capital*, ao analisar o sistema vigente, desenvolve uma tese baseada na taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, como mecanismo essencial para o desenvolvimento do sistema. Para o capital, o valor de uso está subordinado ao valor de troca. Ou seja, o valor de uso de uma mercadoria pode ou não ser utilizado, sem que ela perca utilidade para o capital. Segundo o autor, a tendência decrescente do valor de uso, associada à redução do tempo de vida útil das mercadorias (obsolescência programada), se torna a principal estratégia para o crescimento e recomposição das taxas de lucro do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.12). No entanto, quanto maior o grau de descartabilidade das mercadorias, mais nefastos são os impactos causados na natureza, colocando em xeque a sobrevivência da própria humanidade. Isso ocorre, posto que, ao diminuir o tempo de duração das





APOIO







mercadorias, a produção capitalista possibilita a destruição dos recursos não renováveis e a degradação ambiental.

Sabemos que, além dos processos de financeirização do capital e de reestruturação produtiva, o capitalismo contemporâneo também envolve o processo de "acumulação por despossessão ou espoliação", que possibilita ao capital ampliar seus nichos do mercado. No entendimento de Harvey (2006) a acumulação por espoliação resulta na degradação ambiental, e sobretudo, no aprofundamento da ruptura da relação metabólica do homem com a natureza. Nesse sentido, o capital "não pode separar "avanço" de destruição, nem "progresso" de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas" (MÉSZÁROS, 2011, p. 1009). Ou seja, não há como o sistema avançar na produtividade, sem avançar na mesma medida na destruição.

É importante frisar, que as consequências da destruição capitalista na natureza, não afetam as classes sociais de forma igualitária. Tendo em vista o consumo desigual e limitado dos recursos naturais, a crise ambiental ameaça diretamente as classes subalternas. Principalmente, no que diz respeito às necessidades essenciais. Logo, entende-se que, por mais que a questão ambiental (ou "crise ambiental") tenha abrangência local e global, os seus impactos atingem países e grupos sociais de maneira distinta, uma vez que reflete as contradições constitutivas do modo de produção capitalista. Silva (2010) ressalta que, no capitalismo contemporâneo, estados imperialistas e transnacionais, estão em constante disputa pelos recursos naturais. Assim, a degradação ambiental está situada em um cenário de competições entre países centrais e países periféricos. Para Foster e Clarcke (2006), essas disputas compõem o imperialismo ecológico, que também está ligado ao processo de "acumulação por espoliação".

O Brasil, assim como outros países da América Latina, são alvos de interesses das grandes transnacionais – que envolvem megaprojetos que "atacam às condições de vida dos segmentos mais pauperizados da população" (SILVA, 2010, p. 97). No entanto, organizações têm lutado contra projetos específicos do capital financeiro,









através dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros, que diariamente resistem conta os interesses capitalista.

Afinal, a "questão ambiental" está cada dia mais evidente. No Brasil e no mundo, os efeitos das ações capitalistas, em busca do seu interesse de obter lucro só se agravam – independente dos riscos à sobrevivência humana e planetária. Uma das muitas evidencias relacionadas ao cenário brasileiro, é o desmatamento.

De acordo com o Boletim do desmatamento da Amazônia Legal, fornecido pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), no mês de março de 2023 foram detectados 344 quilômetros quadrados de desmatamento, o que implica um aumento de 180% em relação a março do ano anterior, quando foram somados 123 quilômetros quadrados de desmatamento. Em marco de 2023, a maioria (30%) do desmatamento foi detectado no estado do Amazonas. Seguido do estado do Pará com 27%, Mato Grosso (25%), Roraima com 8%, Rondônia (6%), Maranhão com 3% e Acre com 1%3. Verifica-se no boletim, que a grande maioria – equivalente a 76% do desmatamento ocorreu em áreas privadas. Consequentemente, o desmatamento coopera diretamente com o agravamento do aquecimento global e das mudanças climáticas, cujo os impactos alcançam o mundo inteiro.

Dentre as expressões da "questão ambiental", Silva (2010) aponta, a produção e destinação de resíduos sólidos. Que coloca em evidência "a tendência de reprodução da desigualdade que marca o imperialismo ecológico" (p.112). Posto que, o homem produz toneladas de lixos que o planeta não é capaz de absorver. Acerca da problemática do lixo, entende-se que, por mais que o modo de produção capitalista utilize um padrão sustentável, sempre criará novos instrumentos de degradação e poluição. Aqui, entra a questão da obsolescência programada que mencionamos anteriormente. Um enorme contingente de (restos) de aparelhos tecnológicos,

³ Segundo o boletim do SAD (março/2023). Disponível em: < <u>www.imazon.com.br</u>>. Acesso em: 20 de junho 2023.















contribuem para a devastação do meio ambiente, ao serem jogados nos lixões. Na tentativa de enfrentar as expressões da questão ambiental, o sistema capitalista prega a ideologia do progresso tecnológico, adotando as chamadas tecnologias "limpas" e as "práticas sustentáveis".

Dentro do conjunto de medidas ideológicas, sobretudo, no que se refere à educação ambiental⁴, a problemática ambiental é convertida em uma problemática individual. Ou seja, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, reeducação e a mudança de comportamento do ser humano no trato do meio ambiente, são os principais mecanismos de superação da questão ambiental. Vale salientar que, a educação ambiental possui também um papel importante no enfrentamento da problemática ambiental. Todavia, não podemos desconsiderar os aspectos político-econômicos e financeiros que a envolvem. Por isso, é essencial aliar as mudanças de comportamento, ao debate acerca da necessidade de superação do sistema vigente.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, a questão ambiental se configura como reflexo das profundas contradições do modo de produção vigente. Concordamos com a afirmativa feita por Silva (2010), quando diz que "[...] tanto a depredação ambiental quanto a exacerbação da "questão social" compõem uma unidade estrutural [...] integrando um mesmo movimento destinado a assegurar as bases materiais e simbólicas do processo de acumulação do capital" (p.231).

Desta forma, entende- se que o cabe ao Estado e a coletividade, garantir que todos tenham direito e acesso a um meio ambiente equilibrado. Todavia, isso não é possível no capitalismo, pois, vai contra a sua essência e tendência destrutiva.

⁴ "Ancorada na ideia-força do Desenvolvimento Sustentável, a educação ambiental emerge como propagadora de uma nova relação ética entre sociedade e natureza, projeto este colocado acima das clássicas disputas entre capital e trabalho e seus projetos societários: capitalismo e socialismo" (SILVA, 2010, p. 73).















Ademais, sabemos que em diversas situações que envolvem a questão ambiental o Estado é omisso, sobretudo se tratando do Estado neoliberal que, como instrumento de dominação de classe, se coloca à serviço da classe dominante.

No Brasil, a degradação ambiental não é recente, desde muitos anos ela vem se apresentando através da poluição dos rios; do desmatamento; das queimadas; contaminação do solo; perda da biodiversidade; poluição do ar; escassez de água potável; seca; inundações e etc.

No governo Bolsonaro, ficou escancarado, que o Estado neoliberal está preocupado, não com o meio ambiente, mas sim em satisfazer os interesses do capital. A prioridade nada mais é que, a ampliação do lucro. Assim, os interesses do capital e do Estado não convergem com a preservação ambiental. Ao contrário, ampliam os conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

FOSTER, J.B; CLARCK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH L.; LEYS C. (Org.). Socialist register 2004: **o novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 5. Ed. 7. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

HARVEY, D. **O** "novo imperialismo": acumulação por desapossamento (Parte II). Lutas Sociais, São Paulo, n. 15/16, p. 21-34, jul./dez. 2005-jan./jun. 2006. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18770/13957. Acesso em: 20 jan. 2021.

IAMAMOTO. M. V. Questão Social no capitalismo. **Temporalis**, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3, jan./jul. 2001.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.







APOIO







MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULO NETTO, J.; Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

SANTOS, F, F, dos. Ecologia e Serviço Social: a questão ambiental como uma questão social (2016). **Revista Científica Vozes dos Vales** – UFVJM – MG – Brasil – Nº 10 – Ano V – 10/2016. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2016/09/Fabio.pdf Acessado em junho de 2020.

SANTOS, J. S.; ACIOLY, Y. A. A privatização das águas no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 250-274, abr./jun. 2015.

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 390 - 398, ago./dez. 2012.

SILVA, M, das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável.** Um desafio éticopolítico ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.









